



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 21/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização do curso "**NLP Communication, IN**" para capacitar até 30 servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado na modalidade telepresencial, dividido em duas turmas, com carga horária de 40 (quarenta) horas cada turma, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada nas seguintes datas:

Turma II: 5 a 16/07/2021

Turma III: 2 a 6 2 16 a 20/8/2021

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Arline Kay Davis EPP

CNPJ: 34.164.982/0001-79

Endereço: Rua Gaivota. 861/132, Moema, São Paulo, CEP

04522-032

Contato: Arline Davis

E-mail: arlinedavis@institutoarlinedavis.com.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tel: (11) 99204-2256

Dados Bancários: Banco Santander, Ag. 3986, C/C
13.007185-3

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento
SEI [0702591](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de
Rondônia.

2.4: METODOLOGIA:

Apresentação dos conceitos disponibilizados na
plataforma Moodle e encontros utilizando a plataforma ZOOM para prática
das ferramentas, em salas separadas e com supervisão da equipe de
treinamento.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

Após a realização da primeira turma do curso de NLP
Communication, IN, em maio deste ano, que contou com um ótima
avaliação, surgiu grande novas demandas. Daí a necessidade de se realizar
mais duas turmas, sendo sua realização em turnos diferentes para
contemplar os pedidos de servidores e magistrados.

A Programação Neurolinguística tornou-se um instrumento
que ajuda a entender como o ser humano e expressa seu *mindset* em
qualquer cultura organizacional. Ou seja, um conjunto de técnicas que
auxiliam a modelar os objetivos pretendidos, além de administrar emoções e
obter novas percepções de mundo, além da comunicação interpessoal.

O Desenvolvimento Gerencial e o aumento do desempenho
dos colaboradores, sejam do quadro, requisitados/cedidos, terceirizados ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estagiários é prontamente dependente da comunicação de boa qualidade, elevada aos mais altos padrões de emissão e recepção de mensagens verbais e não-verbais. Por essa razão, compreende-se que os conceitos de PNL, Programação Neurolinguística, são adequados às necessidades do Poder Judiciário, garantindo a melhor interação entre os participantes em todos os níveis.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2021, sob n. **20210802**

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em **NLP Communication**, **IN** versa sobre desenvolvimento de competências, ou seja, atitudes, habilidades e gestão de conhecimento, trabalhando uma linguagem em comum para atingir os resultados esperados.

A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela facilitadora **Arline Kay Davis**, C.E.O e Fundadora do Instituto Arline Davis, Presidente da Internacional Association of Coaching Institute, Internacionales Associaton of NLP Institutes, nos EUA e Brasil, entre outras formações e qualificações descritas em seu mini currículo (Evento [0702591](#)).

Sua experiência como instrutora em treinamentos e atendimentos de coaching a qualificam como **notória especialista** na matéria. Sua metodologia segue rigorosamente os padrões estabelecidos pela IN em mais de 70 países distintos.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 41.746,20 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de 30 servidores, em R\$. 1.391,54.

A COEDE considera que os valores apresentados na proposta, embora superem em 5% o valor anteriormente contratado para uma mesma quantidade de participantes é justificado, posto que a montagem de duas turmas implica para a empresa fornecedora o bloqueio de duas agendas e também a contratação dupla das equipes de apoio que assistem ao evento, bem como a disponibilização do ambiente virtual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

personalizado, com a gravação das aulas de duas turmas. Por esse motivo, manifesto-me pela continuidade do processo.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para a avaliação do custo proporcional ao benefício e compatibilidade de mercado, insere-se abaixo alguns cursos já contratados por este Regional

Capacitação	Ano	Nr. Participantes	Carga horária	Modalidade	Valor total	Valor participante
Governança Pública	2019	20	16	Presencial in company	R\$ 19.000,00	R\$ 950,00
Política de Gestão de Resíduo	2020	20	12	Telepresencial in company	R\$ 7.000,00	R\$ 350,00
Formação de processo em mentoria	2021	30	18	Telepresencial in company	R\$ 18.800,00	R\$ 626,67
PNL & Comunicação - turma I	2021	30	40	Telepresencial in company	R\$ 39.650,00	R\$ 1.321,67
PNL & Comunicação - turma II e III	2021	30	40	Telepresencial in company	R\$ 41.746,20	R\$ 1.391,54

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ADM ESCJUD (conforme autorização no PA 0000927-23.2021.6.22.8080
VALOR	R\$ 41.746,20 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos)

6- DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo (SEI [0702591](#)),
2. Disponibilizar material desenvolvido e aplicado por meio digital;
3. Fornecimento de certificados aos participantes com mais de 75% de assiduidade, em formato a ser acordado com as partes;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 5 a 16/7/2021 e 2 a 6/8 e 16 a 20/8/2021.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Eventos [0703875](#), [0703878](#), [0703879](#) e [0703880](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0702591](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 16/06/2021, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0703905** e o código CRC **81D5A39F**.

0002075-18.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002075-18.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* – CURSO de "NLP Communication, IN" – Turmas II e III.

PARECER JURÍDICO Nº 72 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SEDES ([0700263](#)) com vistas à contratação da empresa **ARLINE KAY DAVIS EPP**, CNPJ: 34.164.982/0001-79, para a realização do Curso de "NLP Communication, IN", na modalidade *telepresencial*, dividido em duas turmas, com carga horária de 40 (quarenta) horas para cada turma, sendo **Turma II** nos dias 05 a 16/07/2021 e **Turma III** nos dias 2 a 6 e 16 a 20/08 de 2021, sendo 4 (quatro) horas por dia, para 30 (trinta) servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. Na Solicitação de Contratação 34 ([0700275](#)) consta como unidade solicitante e demandante a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE), o instrumento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC e o pedido foi autorizado para elaboração do estudo técnico preliminar no Despacho n. 890/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0700321](#)). Com isso a COEDE, unidade demandante da contratação, elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação 39 ([0703899](#)).

03. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0702591](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0703875](#)), Receita Federal ([0703878](#)), Justiça do Trabalho ([0703879](#)) e CNJ ([0703880](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública. O conteúdo programático e a data do curso encontram-se descritos na proposta comercial da empresa e no Projeto Básico 21 ([0702591](#) e [0703905](#)).

04. Conforme item 4.1 do Projeto Básico 21/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0703905](#)), dimensionou-se o valor total do curso para 30 (trinta) servidores em **R\$ 41.746,20** (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

05. Verifica-se que consta no referido Projeto Básico a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

06. A SEDES encaminhou, por e-mail ([0704246](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0704328](#)).

07. O secretário da SGP em continuidade ao procedimento de contratação, remete os autos à SAOFC ([0704464](#)). Por ora, o secretário da SAOFC prossegue na instrução dos autos com a remessa dos autos à COMAP, para análise do Projeto Básico 21/2021 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES, à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho n. 964/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0704909](#)).

08. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, em análise formal, verificou que o PB, complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0705387](#)).

09. Na Remessa n. 119/2021 ([0705452](#)), a Coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

10. A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 41.746,20** (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), indicando o Pré-Empenho n. 2021ND000319, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade na qual informou estar a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0705825](#)).

11. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, VI, DA LEI N. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

13. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

14. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

15. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

17. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

18. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

19. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

20. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

21. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

22. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

23. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 21([0703905](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantagem da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento. A unidade apresentou a seguinte justificativa para a necessidade da contratação no item 3.1 do PB citado:

3.1. Da Necessidade:

Após a realização da primeira turma do curso de NLP Communication, IN, em maio deste ano, que contou com um ótima avaliação, surgiu grande novas demandas. Daí a necessidade de se realizar mais duas turmas, sendo sua realização em turnos diferentes para contemplar os pedidos de servidores e magistrados.

A Programação Neurolinguística tornou-se um instrumento que ajuda a entender como o ser humano e expressa seu *mindset* em qualquer cultura organizacional. Ou seja, um conjunto de técnicas que auxiliam a modelar os objetivos pretendidos, além de administrar emoções e obter novas percepções de mundo, além da comunicação interpessoal.

O Desenvolvimento Gerencial e o aumento do desempenho dos colaboradores, sejam do quadro, requisitados/cedidos, terceirizados ou estagiários é prontamente dependente da comunicação de boa qualidade, elevada aos mais altos padrões de emissão e recepção de mensagens verbais e não-verbais. Por essa razão, compreende-se que os conceitos de PNL, Programação Neurolinguística, são adequados às necessidades do Poder Judiciário, garantindo a melhor interação entre os participantes em todos os níveis.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2021, sob n. **20210802**

III - CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade de contratação direta com a empresa **ARLINE KAY DAVIS EPP**, CNPJ: 34.164.982/0001-79, para a realização do Curso de "**NLP Communication, IN**", na modalidade *telepresencial*, dividido em duas turmas, com carga horária de 40 (quarenta) horas para cada turma, sendo **Turma II** nos dias 05 a 16/07/2021 e **Turma III** nos dias 2 a 6 e 16 a 20/08 de 2021, 4 (quatro) horas por dia para 30 (trinta) servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do **Projeto Básico n. 21/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0703905)**, visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

25. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0704246](#) e [0704328](#)).

26. O valor total do curso, orçado em de **R\$ 41.746,20**, abrangerá um público de 30 (trinta) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que participem do evento **o número de servidores correspondente as vagas contratadas**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

27. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação **está acima do patamar da dispensa legal**. Contudo, em homenagem ao princípio da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/06/2021, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0706386** e o código CRC **F56358AA**.

0002075-18.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002075-18.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para a realização do curso de "NLP Communication, IN", na modalidade *telepresencial*.

DESPACHO Nº 775 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, visando a contratação da empresa ARLINE KAY DAVIS EPP, CNPJ: 34.164.982/0001-79, para a realização do Curso de "NLP Communication, IN", na modalidade *telepresencial*, dividido em duas turmas, com carga horária de 40 (quarenta) horas para cada turma, sendo Turma II nos dias 05 a 16/07/2021 e Turma III nos dias 2 a 6 e 16 a 20/08 de 2021, sendo 4 (quatro) horas por dia, para 30 (trinta) servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0700263](#)).

Carreou-se aos autos a Solicitação de Contratação ([0700275](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0703899](#)) e o Projeto Básico ([0703905](#)), que estima o valor da contratação em R\$ 41.746,20 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), conforme item 4.

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela certidão de tributos federais ([0703878](#)); certidão de obrigações trabalhistas ([0703879](#)); certidão do CNJ ([0703880](#)) e certidão FGTS ([0703875](#)).

A COMAP concluiu pela regularidade do PB, complementado pela proposta juntada no evento [0702591](#), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0705387](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0705825](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Instada, a AJDG opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU; regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituindo-o pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da referida lei; e pela necessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Contudo, ressaltou que nada impede que seja feita a publicação também no Diário da Justiça Eletrônico ([0706386](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa; e pela publicação da dispensa no DOU e no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade ([0706444](#)).

Primeiramente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Compulsando os autos, por se tratar de contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei nº 8.666/93, em seu art. 13, inciso VI, em princípio, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no inciso II do art. 25, nos termos do Parecer Jurídico AJDG [0706386](#).

Quanto à singularidade do objeto a ser contratado, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum. Consta, ainda, comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada, atendendo à exigência estatuída pelo art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93.

Quanto à escolha do fornecedor e a justificativa do preço, estão demonstradas de forma satisfatória pelas razões expostas no Projeto Básico 21 ([0703905](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Cabe salientar que a **SGP** deverá esmerar-se no intuito de que sejam inscritos nos eventos o número total de vagas contratadas para servidores, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, em observância ao item 26 do Parecer Jurídico AJDG [0706386](#).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade, reconhecida pela SAOFC e prevista no art. 25, II da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

1. Aprovo o Estudo Técnico Preliminar ([0703899](#)) e o Projeto Básico 21 ([0703905](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2. Autorizo a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93;

3. Dispensar a formalização de contrato, que será substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;

4. Adjudico o objeto à empresa Arline Kay Davis EPP, CNPJ: 34.164.982/0001-79, e autorizo a emissão de Nota de Empenho,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em seu favor, no valor de R\$ 41.746,20 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos); e

5. Determino a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no DOU e no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se acima dos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU nº. 1336/06 - Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos necessários à contratação objeto destes autos, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 23/06/2021, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0706698** e o código CRC **5B2D78D9**.